

ÍNDICE

1. Nota Introdutória	Pág.3
2. Composição do Executivo Municipal	Pág.4
3. Síntese da Actividade Desenvolvida - GOP's	Pág.5
4. Execução de Documentos Previsionais	Pág.7
4.1 Execução Orçamental	Pág.7
4.1.1 Análise da Receita	Pág.7
4.1.1.1 Execução Orçamental da Receita	Pág.7
4.1.1.2 Estrutura e Evolução da Receita 2008-2009	Pág.9
4.1.1.3 Evolução da Receita Proveniente de Transferências 2008-2009.....	Pág.12
4.1.2 Análise da Despesa	Pág.12
4.1.2.1 Execução Orçamental da Despesa	Pág.13
4.1.2.2 Estrutura e Evolução da Despesa 2008-2009	Pág.14
4.1.2.3 Evolução da Despesa com Transferências 2008-2009.....	Pág.14
4.2 Principais Indicadores de Natureza Orçamental	Pág.16
4.3 Equilíbrio Orçamental Efectivo	Pág.17
5. Situação Económico-Financeira	Pág.19
5.1 Análise do Balanço	Pág.19
5.1.1 Estrutura e Evolução	Pág.19
5.1.2 Principais Indicadores da Estrutura do Balanço	Pág.20
5.2 Análise da Demonstração de Resultados	Pág.22
5.2.1 Estrutura e Evolução	Pág.22
5.2.2 Principais Indicadores da Estrutura de Custos	Pág.24
5.2.3 Principais Indicadores de Estrutura de Proveitos	Pág.24
6. Análise da Situação de Endividamento do Município.....	Pág. 26
6.1 Dívida Global	Pág.26

6.2 Endividamento Líquido	Pág.27
6.3 Capacidade de Endividamento	Pág.28
6.4 Indicadores de Liquidez e Endividamento	Pág.30
6.4.1 Indicadores de Liquidez	Pág.30
6.4.2 Indicadores de Endividamento	Pág.30
7. Proposta de Aplicação de Resultados	Pág.32
8. Outras Informações Consideradas Relevantes	Pág.33

Anexos

Anexos às Demonstrações Financeiras e respectivos

Certificação Legal de Contas

1. Nota Introdutória

O presente relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Castelo de Paiva para 2009, foi elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL e apresenta em documento autónomo os mapas de Prestação de Contas.

Assim sendo, o relatório de gestão completa o quadro de prestações de contas, ampliando e comentando informação contida no balanço, na demonstração de resultados e nos mapas de execução orçamental da despesa e da receita.

Pela primeira vez inclui a certificação legal das contas por um revisor oficial de contas.

Na elaboração deste documento, dada a necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, foi seguida a seguinte metodologia:

Numa primeira instância, apresenta-se uma síntese das actividades desenvolvidas pela análise da execução das Grandes Opções do Plano (GOP's).

Numa fase subsequente, apresenta-se uma apreciação de âmbito orçamental, centrada na execução da Despesa e da Receita.

Numa terceira instância, insere-se uma apreciação económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

E, por fim, aborda-se a situação de endividamento do Município.

Será igualmente de referir, que no ano de 2009 ocorreram eleições autárquicas, tendo o novo Executivo Municipal tomado posse a 31 de Outubro de 2009.

2. Composição do Executivo Municipal - Mandato iniciado a 31.10.2009

GONÇALO FERNANDO DA ROCHA DE JESUS

(PRESIDENTE)

ANT3NIO DOS SANTOS RODRIGUES

(VICE-PRESIDENTE)

JOS3 MANUEL MOREIRA DE CARVALHO

(VEREADOR)

JUDITE MANUELA DE CASTRO ROCHA QUINTAS

(VEREADORA)

PAULO RAMALHEIRA TEIXEIRA

(VEREADOR)

RUI C3SAR DE SOUSA ALBERGARIA E CASTRO

(VEREADOR)

CL3UDIA VANESSA DA SILVA RODRIGUES PEREIRA

(VEREADORA)

3. Síntese da Actividade Desenvolvida - Grandes Opções do Plano (GOP's)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) definem as principais linhas de desenvolvimento estratégico delineadas pelo Executivo Municipal, incorporando as prioridades definidas, que se desdobram em programas, projectos e acções das intervenções sectoriais. As GOP's agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Actividades mais relevantes a desenvolver na gestão Autárquica (PAM).

A análise das linhas de actuação definidas será efectuada na óptica da despesa.

Classificação Funcional	PPI		PAM		Total	
	Executado	Peso%	Executado	Peso%	Executado	Peso%
1. Funções Gerais	428.758,55 €	6,22%	15.240,33 €	1,42%	443.998,88 €	5,57%
1.1. Serviços Gerais da Adm. Pública	428.758,55 €	6,22%	- €	0,00%	428.758,55 €	5,38%
1.1.1 Administração Geral	428.758,55 €	6,22%	- €	0,00%	428.758,55 €	5,38%
1.2. Segurança e Ordem Públicas	- €	0,0%	15.240,33 €	1,42%	15.240,33 €	0,19%
1.2.1 Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	- €	0,00%	15.240,33 €	1,42%	15.240,33 €	0,19%
1.2.2 Segurança Pública	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
2. Funções Sociais	2.963.051,15 €	42,99%	941.028,59 €	87,74%	3.904.079,74 €	49,02%
2.1. Educação	1.048.126,75 €	15,21%	573.802,83 €	53,50%	1.621.929,58 €	20,36%
2.1.1 Ensino não superior	1.048.126,75 €	15,21%	573.802,83 €	53,50%	1.153.833,10 €	20,36%
2.1.1.1 Ensino Pré-Escolar	72.202,89 €	1,05%	197.013,42 €	18,37%	269.216,31 €	3,38%
2.1.1.2 Ensino Básico	975.923,86 €	14,16%	376.789,41 €	35,13%	1.352.713,27 €	16,98%
2.1.1.4 Ensino Especial, Artístico e Outros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
2.2. Saúde	- €	0,0%	- €	0,00%	- €	0,00%
2.2.1 Serviços individuais de saúde	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
2.3. Segurança e acções sociais	2.177,55 €	0%	2.250,00 €	0,21%	4.427,55 €	0,06%
2.3.2 Acção social	2.177,55 €	0,03%	2.250,00 €	0,21%	4.427,55 €	0,06%
2.4. Habitação e serviços colectivos	1.255.537,69 €	18,22%	53.190,00 €	4,96%	1.308.727,69 €	16,43%
2.4.1 Habitação	144.610,61 €	2,10%	- €	0,00%	144.610,61 €	1,82%
2.4.2 Ordenamento do território	125.891,13 €	1,83%	- €	0,00%	125.891,13 €	1,58%
2.4.3 Saneamento	446.116,06 €	6,47%	- €	0,00%	446.116,06 €	5,60%
2.4.4 Abastecimento de Água	306.411,98 €	4,45%	- €	0,00%	306.411,98 €	3,85%
2.4.5 Resíduos sólidos	148,75 €	0,00%	- €	0,00%	148,75 €	0,00%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	232.359,16 €	3,37%	53.190,00 €	4,96%	285.549,16 €	3,59%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	657.209,16 €	9,54%	311.785,76 €	29,07%	968.994,92 €	12,17%
2.5.1 Cultura	333.574,66 €	4,84%	220.803,76 €	20,59%	554.378,42 €	6,96%
2.5.2 Desporto, Recreio e Lazer	323.634,50 €	4,70%	90.982,00 €	8,48%	414.616,50 €	5,21%
3. Funções Económicas	3.500.709,76 €	50,79%	1.026,65 €	0,10%	3.501.736,41 €	43,96%
3.1 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	6.132,02 €	0,09%	- €	0,00%	6.132,02 €	0,08%
3.2. Indústria e energia	230.901,98 €	3,35%	1.026,65 €	0,10%	231.928,63 €	2,91%
3.2.1 Iluminação pública	3.848,83 €	0,06%	- €	0,00%	3.848,83 €	0,05%
3.2.2 Energia	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
3.2.3 Desenvolvimento industrial	227.053,15 €	3,29%	1.026,65 €	0,10%	228.079,80 €	2,86%
3.3 Transportes e Comunicações	3.182.079,04 €	46,17%	- €	0,00%	3.182.079,04 €	39,95%
3.3.1 Transportes rodoviários	3.182.079,04 €	46,17%	- €	0,00%	3.182.079,04 €	39,95%
3.4. Comércio e turismo	81.596,72 €	1,18%	- €	0,00%	81.596,72 €	1,02%
3.4.1 Mercados e Feiras	81.596,72 €	1,18%	- €	0,00%	81.596,72 €	1,02%
3.4.2 Turismo	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
4. Outras Funções	- €	0,00%	115.216,46 €	10,74%	115.216,46 €	1,45%
4.2. Transferências entre Administrações	- €	0,00%	110.491,46 €	10,30%	110.491,46 €	1,39%
4.2.1 Freguesias	- €	0,00%	88.272,38 €	8,23%	88.272,38 €	1,11%
4.2.2 Outras	- €	0,00%	22.219,08 €	2,07%	22.219,08 €	0,28%
4.3. Diversas não especificadas	- €	0,00%	4.725,00 €	0,44%	4.725,00 €	0,06%
4.3.1 Ensino superior	- €	0,00%	4.725,00 €	0,44%	4.725,00 €	0,06%
Total	6.892.519,46 €	100%	1.072.512,03 €	100%	7.965.031,49 €	100%

Durante o exercício económico de 2009, a aposta do Município de Castelo de Paiva, em termos de grandes opções do plano, incidiu de forma mais significativa nas funções sociais, designadamente nas áreas da educação, cultura, habitação e serviços colectivos, sendo igualmente de referir, o aumento do peso na despesa das funções económicas ao nível dos transportes e comunicações.

Assim, ao nível das funções sociais o Município aplicou aproximadamente 4 milhões de euros, dos quais cerca de 2 milhões de euros referem-se a despesas na educação ao nível do ensino pré-escolar e básico, 1 milhão na habitação e serviços colectivos, com destaque para o investimento em obras de saneamento e o restante nos serviços culturais e recreativas, com especial relevo para a cultura, onde foram aplicados 554.378, 42 euros.

Igualmente de destacar o esforço realizado ao nível das funções económicas, designadamente na despesa na área de transportes e comunicações, onde o Município investiu cerca de 3 milhões de euros, mais 30% face a 2008.

Em termos globais, entre PPI e PAM, o total da despesa em 2009, foi de aproximadamente 8 milhões de euros, mais 5 milhões de euros do que em 2008.

4. Execução de Documentos Previsionais

4.1 Execução Orçamental

A análise que se segue reflecte a performance da receita e da despesa ao longo do exercício de 2009, bem como a sua evolução nos últimos anos.

4.1.1 Análise da Receita

O orçamento da receita foi superior ao do ano de 2008 em cerca de 13 milhões de euros. A taxa de execução foi de 43,98%, o que significa que em termos globais, a receita cobrada foi inferior à prevista, essencialmente devido à fraca execução das receitas de capital.

4.1.1.1 Execução Orçamental da Receita

Capítulos	Orçada		Cobrada		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		
Receitas Correntes	11.777.705,00 €	28,27%	6.953.021,11 €	37,95%	4.824.683,89 €	59,04%
01 Impostos Directos	977.125,20 €	2,35%	902.782,17 €	4,93%	74.343,03 €	92,39%
02 Impostos Indirectos	2.026,16 €	0,00%	2.036,24 €	0,01%	10,08 €	100,50%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	420.707,82 €	1,01%	306.360,05 €	1,67%	114.347,77 €	72,82%
05 Rendimentos de Propriedade	8.500,00 €	0,02%	8.774,82 €	0,05%	274,82 €	103,23%
06 Transferências Correntes	5.371.944,82 €	12,89%	4.493.299,76 €	24,52%	878.645,06 €	83,64%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.720.010,00 €	4,13%	1.074.200,37 €	5,86%	645.809,63 €	62,45%
08 Outras Receitas Correntes	3.277.391,00 €	7,87%	165.567,70 €	0,90%	3.111.823,30 €	5,05%
Receitas de Capital	29.814.098,47 €	71,56%	11.300.207,85 €	61,67%	18.513.890,62 €	37,90%
09 Vendas de Bens de Investimento	10.560.000,00 €	25,35%	44.804,67 €	0,24%	10.515.195,33 €	0,42%
10 Transferências de Capital	3.452.588,04 €	8,29%	2.337.084,13 €	12,76%	1.115.503,91 €	67,69%
11 Activos Financeiros	25.000,00 €	0,06%	- €	0,00%	25.000,00 €	0,00%
12 Passivos Financeiros	8.750.000,00 €	21,00%	8.750.000,00 €	47,76%	- €	100,00%
13 Outras Receitas de Capital	7.026.510,43 €	16,87%	168.319,05 €	0,92%	6.858.191,38 €	2,40%
Outras Receitas	69.300,00 €	0,17%	69.300,00 €	0,38%	- €	100,00%
14 Recursos Próprios Comunitários	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	69.300,00 €	0,17%	69.300,00 €	0,38%	- €	100,00%
Total da Receita	41.661.103,47 €	100,00%	18.322.528,96 €	100,00%	23.338.574,51 €	43,98%

Em termos globais, as **receitas correntes**, no exercício de 2009, apresentam quase sempre valores inferiores aos previstos, com excepção do verificado nas rubricas de Impostos Indirectos e Rendimentos de Propriedade, cujas rubricas registam taxas de execução ligeiramente superiores a 100%. Embora sem grande relevância ao nível da

receita total, destaca-se o acréscimo do valor absoluto dos impostos indirectos resultante do aumento da receita referente à publicidade e o acréscimo dos rendimentos de propriedade, resultante do aumento dos juros obtidos em aplicações financeiras.

As transferências correntes com uma taxa de execução próxima dos 84%, contemplam em 2009, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM), participação fixa no IRS, as comparticipações comunitárias a projectos co-financiados e outras transferências, de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), para apoio ao programa de “Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico” e de “Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular do 1.ºCiclo”.

À semelhança do verificado no exercício anterior, em 2009, a rubrica de outras receitas correntes, apresenta uma taxa de execução reduzida (5,05%), evidenciando um desvio negativo de 3.111.823,30 euros, face ao orçamentado. Esta rubrica, regista os montantes referentes aos recebimentos dos passes escolares.

Quanto às **receitas de capital**, no ano de 2009, ficaram muito aquém do previsto, evidenciando uma taxa de execução de aproximadamente 38%. Os desvios negativos verificados na receita de capital resultam, essencialmente, da venda de bens de investimento e de outras receitas de capital, ambas com taxas de execução abaixo dos 5%.

No que se reporta às transferências de capital, apesar do desvio negativo de 1.115.503,91 euros relativamente ao valor previsto, esta rubrica continua a ser, conjuntamente com as transferências correntes, uma das componentes com maior peso no total da receita, embora de significado inferior à rubrica de passivos financeiros, cuja execução de 100% face à receita prevista, reflecte a utilização de capital que esteve na base da contratualização do empréstimo de médio e longo prazo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), no montante global de 8.750.000 euros.

Ainda no que se refere às transferências de capital, em 2009, esta rubrica, contempla, entre outras, as verbas provenientes do Orçamento de Estado, no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e as comparticipações comunitárias a

diversos projectos co-financiados, provenientes das seguintes entidades: CCDRN, DRAP Norte, IFAP e POS -Conhecimento.

No que concerne às **outras receitas**, em 2009, o grau de execução de 100%, traduz a incorporação do saldo da gerência anterior no montante de 69.300,00 euros.

4.1.1.2 Estrutura e Evolução da Receita 2008-2009

Capítulos	2009	Peso %	2008	Peso %	Varição 2008-2009
Receitas Correntes	6.953.021,11 €	37,95%	6.977.331,23 €	65,56%	-0,35%
01 Impostos Directos	902.782,17 €	4,93%	1.088.412,13 €	10,23%	-17,06%
02 Impostos Indirectos	2.036,24 €	0,01%	1.925,40 €	0,02%	5,76%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	306.360,05 €	1,67%	355.676,48 €	3,34%	-13,87%
05 Rendimentos de Propriedade	8.774,82 €	0,05%	5.481,72 €	0,05%	60,07%
06 Transferências Correntes	4.493.299,76 €	24,52%	4.144.062,29 €	38,94%	8,43%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.074.200,37 €	5,86%	1.186.983,55 €	11,15%	-9,50%
08 Outras Receitas Correntes	165.567,70 €	0,90%	194.789,66 €	1,83%	-15,00%
Receitas de Capital	11.300.207,85 €	61,67%	3.390.270,21 €	31,86%	233,31%
09 Vendas de Bens de Investimento	44.804,67 €	0,24%	122.875,34 €	1,15%	-63,54%
10 Transferências de Capital	2.337.084,13 €	12,76%	2.752.542,73 €	25,86%	-15,09%
11 Activos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	0,00%
12 Passivos Financeiros	8.750.000,00 €	47,76%	500.000,00 €	4,70%	1650,00%
13 Outras Receitas de Capital	168.319,05 €	0,92%	14.852,14 €	0,14%	1033,30%
Outras Receitas	69.300,00 €	0,38%	275.133,08 €	2,59%	-85,37%
14 Recursos Próprios Comunitários	- €	0,00%	- €	0,00%	0,00%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	- €	0,00%	- €	0,00%	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	69.300,00 €	0,38%	275.133,08 €	2,59%	-74,81%
Total da Receita	18.322.528,96 €	100,00%	10.642.734,52 €	58,09%	72,16%

A evolução da receita total entre o ano de 2008 e 2009, vem retratada no quadro acima, onde se pode constatar, desde já, que grande parte da receita arrecadada, cerca de 61,67% corresponde a receita capital, representando as receitas correntes 37,95% do total da receita cobrada em 2009.

Face ao ano de 2008, a receita efectiva cobrada teve um aumento 72%, representando em termos absolutos um crescimento de aproximadamente 8 milhões de euros, essencialmente por via do financiamento de médio e longo prazo contratualizado no âmbito do PREDE.

Em termos globais, no ano de 2009, as receitas correntes decresceram 24 mil euros, essencialmente, pelo efeito conjugado do decréscimo das receitas fiscais, da venda

de bens e serviços correntes e das outras receitas de correntes, muito embora se tenha verificado um acréscimo de 3.293,10 euros e 349.237,47 euros, face a 2008, nas rubricas de rendimentos de propriedade e transferências correntes

Analisando agora as diversas rubricas económicas da **receita corrente**, podemos constatar que as transferências correntes continuam a ser a principal receita do município, apesar da diminuição do peso relativo desta rubrica sobre a receita corrente, que passou de 38,94% em 2008 para 24,52% em 2009.

Contudo, foi no âmbito das receitas fiscais que se registou uma maior quebra face a 2008, com especial enfoque nos impostos directos que decresceram cerca de 17%, contribuindo de forma mais significativa para a diminuição do peso desta rubrica no total da receita.

Do mesmo modo, se verificou um decréscimo nas receitas provenientes de outras receitas correntes e vendas de bens e serviços. Estas últimas, diminuíram em cerca de 112.783 euros, o que corresponde a uma variação negativa de 9,50%, decorrente da diminuição do valor das rendas de concessão à EDP e às diversas operadoras de telecomunicações.

Assim, verificou-se que, com excepção das rubricas de impostos indirectos, rendimentos de propriedade e transferências correntes, as restantes rubricas que integram as receitas correntes evoluíram de forma negativa face a 2008.

Neste âmbito, as receitas fiscais merecem um destaque especial pelo facto da quebra verificada ter sido a mais acentuada em termos percentuais no cômputo geral da receita corrente.

Designação	2009				2008	Variação 2008-2009
	Orçado	Executado	Desvio	Taxa de Execução	Executado	
Impostos Directos	977.125,20 €	902.782,17 €	- 74.343,03 €	92,39%	1.088.412,13 €	-17,06%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	349.767,86 €	422.664,28 €	72.896,42 €	120,84%	360.943,44 €	17,10%
Imposto Único de Circulação	147.823,37 €	180.470,76 €	32.647,39 €	122,09%	157.529,81 €	14,56%
Imposto Municipal sobre Transm. Onerosas de Imóveis (IMT)	448.142,06 €	288.894,25 €	-159.247,81 €	64,46%	562.031,97 €	-48,60%
Impostos Abolidos	31.391,91 €	10.752,88 €	- 20.639,03 €	34,25%	7.906,91 €	35,99%
- Contribuição Autárquica	14.719,38 €	- €	- 14.719,38 €	0,00%	4.683,69 €	-100,00%
- Imposto Municipal de SISA	16.255,22 €	10.752,88 €	- 5.502,34 €	66,15%	2.388,61 €	350,17%
- Imposto Municipal sobre Veículos	417,31 €	- €	- 417,31 €	0,00%	834,61 €	-100,00%
Impostos Indirectos	2.026,16 €	2.036,24 €	10,08 €	100,50%	1.925,40 €	5,76%
Publicidade	1.976,16 €	2.036,24 €	60,08 €	103,04%	1.925,40 €	5,76%
Outros	50,00 €	- €	- 50,00 €	0,00%	- €	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	420.707,82 €	306.360,05 €	-114.347,77 €	72,82%	355.676,48 €	-13,87%
Mercados e Feiras	100.004,53 €	56.424,92 €	- 43.579,61 €	56,42%	46.787,25 €	20,60%
Loteamento e Obras	224.609,64 €	145.428,79 €	- 79.180,85 €	64,75%	211.735,54 €	-31,32%
Ocupação da Via Pública	995,86 €	123,00 €	- 872,86 €	12,35%	1.804,36 €	-93,18%
Caça, uso e porte de arma	471,71 €	136,50 €	- 335,21 €	28,94%	59,19 €	130,61%
Outras Taxas	75.238,22 €	74.428,93 €	- 809,29 €	98,92%	82.306,69 €	-9,57%
Multas e Outras Penalidades	19.387,86 €	29.817,91 €	10.430,05 €	153,80%	12.983,45 €	129,66%
Total	1.399.859,18 €	1.211.178,46 €	-188.680,72 €	86,52%	1.446.014,01 €	-16,24%

Como se pode constatar, as receitas fiscais, englobando os impostos directos, os impostos indirectos e as taxas, multas e outras penalidades, registaram, em 2009, um decréscimo de 16,24% face ao ano anterior.

Entre as receitas fiscais que mais contribuíram para esta situação, destacam-se as receitas provenientes do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) com uma quebra de 48,60%, e a não existência de receita cobrada na rubrica de impostos abolidos (contribuição autárquica e o imposto municipal sobre veículos).

Ainda no que se refere aos impostos directos, e em contraposição a esta tendência, será de destacar, o crescimento do imposto municipal sobre imóveis (IMI) e do imposto único de circulação, relativamente a 2008, em cerca de 17,10% e 14,56%, respectivamente.

Os impostos indirectos embora com um peso relativo pouco significativo no total da receita, cresceram cerca de 6% face a 2008, sendo influenciados pelo comportamento das receitas provenientes da publicidade.

Também nas taxas, multas e outras penalidades, é de realçar a diminuição da receita cobrada, face ao verificado no ano anterior, em cerca de 14%, devido à influência, em grande medida, do comportamento das receitas relacionadas com os loteamentos de obras de urbanização e a ocupação da via pública.

Quanto às **receitas de capital**, registaram em 2009, um aumento de 233,31% relativamente ao ano de 2008, ou seja, mais 7,9 milhões. O agregado que contribui mais significativamente para este aumento foi o dos passivos financeiros pela contratualização do PREDE, logo seguido das outras receitas de capital, como resultado de um valor recebido das Águas do Douro e Paiva, SA, por sentença judicial relativa à execução da empreitada referente à reconversão da EN222 entre a Cruz da Carreira e a Ponte do Arda.

Embora se tenha verificado uma variação negativa nas vendas de bens de investimento e nas transferências financeiras, em cerca de 63,64% e 15,09%, respectivamente, devido à venda de um número inferior de habitações sociais e à diminuição nas comparticipações comunitárias a projecto co-financiados, o aumento em termos absolutos verificado na rubrica de passivos financeiros por via da contratualização do PREDE, permitiu suplantear as quebras verificadas nas restantes rubricas das receitas de capital.

Assim, com excepção das rubricas de vendas de bens de investimento e transferências de capital, as restantes rubricas que integram as receitas correntes evoluíram de forma positiva face a 2008.

Relativamente às **outras receitas**, a quebra verificada face a 2008, traduz a diminuição do valor incorporado do saldo da gerência anterior.

4.1.1.3 Evolução da Receita proveniente de Transferências 2008-2009

Transferências Obtidas	2009	2008	Variação 2008-2009
Transferências Correntes	4.493.299,76 €	4.144.062,29 €	8,43%
FEF	3.215.899,00 €	3.024.025,00 €	6,34%
FSM	412.128,00 €	359.618,00 €	14,60%
IRS	153.950,00 €	154.143,00 €	-0,13%
Outros	683.979,84 €	606.276,29 €	12,82%
Fundos Comunitários	27.342,92 €	- €	100,00%
Transferências Capital	2.337.084,13 €	2.752.542,73 €	-15,09%
FEF	2.143.933,00 €	1.998.032,00 €	7,30%
Outros	61.993,00 €	- €	100,00%
Fundos Comunitários	131.158,13 €	754.510,73 €	-82,62%
Total Transferências Obtidas	6.830.383,89 €	6.896.605,02 €	-0,96%

O total das transferências obtidas em 2009, no montante aproximado de 6,8 milhões de euros, foi inferior em cerca de 66 mil euros face às verbas recebidas em 2008. Esta diminuição resultou essencialmente do decréscimo de 82,62% verificado nas transferências de capital provenientes dos fundos comunitários.

4.1.2 Análise da Despesa

O orçamento de 2009 superior ao do ano transacto em cerca de 5 milhões de euros, teve compromissos que representaram 70,5% do orçamento e uma execução da despesa paga de 52%. As despesas correntes pagas representaram 46,48% do total executado e as despesas de capital 53,52%.

4.1.2.1 Execução Orçamental da Despesa

Capítulos	Despesa Orçada (1)	Despesa Comprometida (2)	Despesa Paga (3)	Desvio (4)=(3)-(1)	Taxa de Execução (5)=(3)/(1)	Realizada e não paga (6)=(2)-(3)
Despesas Correntes	11.840.705,00 €	9.192.263,74 €	8.000.544,72 €	- 3.840.160,28 €	67,57%	1.191.719,02 €
01 Despesas com o Pessoal	3.958.275,36 €	3.196.315,46 €	2.948.545,81 €	- 1.009.729,55 €	74,49%	247.769,65 €
02 Aquisição de Bens e Serviços	5.056.872,38 €	4.458.036,55 €	3.760.944,29 €	- 1.295.928,09 €	74,37%	697.092,26 €
03 Juros e Outros Encargos	926.298,14 €	637.572,45 €	606.676,30 €	- 319.621,84 €	65,49%	30.896,15 €
04 Transferências Correntes	1.604.597,12 €	667.672,87 €	473.892,67 €	- 1.130.704,45 €	29,53%	193.780,20 €
05 Subsídios	150,00 €	- €	- €	150,00 €	0,00%	- €
06 Outras Despesas Correntes	294.512,00 €	232.666,41 €	210.485,65 €	- 84.026,35 €	71,47%	22.180,76 €
Despesas de Capital	21.566.825,39 €	14.358.206,91 €	9.210.525,62 €	- 12.356.299,77 €	42,71%	5.147.681,29 €
07 Aquisição de Bens de Capital	18.414.647,61 €	11.386.147,08 €	6.903.922,22 €	- 11.510.725,39 €	37,49%	4.482.224,86 €
08 Transferências de Capital	1.065.034,90 €	917.744,17 €	252.287,74 €	- 812.747,16 €	23,69%	665.456,43 €
09 Activos Financeiros	25.000,00 €	- €	- €	25.000,00 €	0,00%	- €
10 Passivos Financeiros	1.365.437,75 €	1.365.312,27 €	1.365.312,27 €	125,48 €	99,99%	- €
11 Outras Despesas de Capital	696.705,13 €	689.003,39 €	689.003,39 €	7.701,74 €	98,89%	- €
Total da Despesa	33.407.530,39 €	23.550.470,65 €	17.211.070,34 €	- 16.196.460,05 €	51,52%	6.339.400,31 €

Nas **despesas correntes** são as despesas com aquisição de bens e serviços que têm maior peso, sendo em conjugação com as despesas com pessoal e as transferências correntes as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado, cerca de 1.295.928,09 euros. Este desvio resulta, essencialmente, no caso da aquisição de bens e serviços e das transferências, da necessidade de adiar alguns dos compromissos assumidos com terceiros, por dificuldades de tesouraria e, no caso das despesas com pessoal, da alteração da legislação que regulamenta os procedimentos concursais, o que implicou o diferimento da execução de parte da despesa considerada neste âmbito para o ano seguinte.

As **despesas de capital** com compromissos que ascenderam a 67% do orçamentado registam, em 2009, uma execução de 42,71%, sendo os desvios mais significativos nas rubricas de aquisição de bens e serviços, em cerca de 12 milhões de euros e, na rubrica de transferências de capital, em cerca de 813 mil euros. Os desvios verificados, na rubrica de aquisição de bens de capital, resultaram da não execução do investimento previsto em terrenos, habitações, edifícios e construções diversas (iluminação pública, parques e jardins, instalações desportivas e recreativas, viação rural, sinalização e trânsito, entre outras). No caso, das transferências de capital, o

desvio verificado, resulta essencialmente das transferências para as juntas de freguesias, associações/entidades de carácter intermunicipal, pelo facto da conjuntura financeira do Município não ter permitido efectuar os pagamentos previstos em orçamento.

O investimento directo do Município de Castelo de Paiva, inicialmente previsto com 18 milhões de euros teve uma redução em sede de modificações orçamentais e uma taxa de execução de 37,49% para o que contribuíram essencialmente os investimentos em terrenos (22,17%), habitações (49,44%), edifícios (37,74%) e construções diversas (36,94%).

4.1.2.2 Estrutura e Evolução da Despesa 2008-2009

Capítulos	2009	Peso %	2008	Peso %	Variação 2008-2009
Despesas Correntes	8.000.544,72 €	46,48%	6.837.576,99 €	67,76%	17,01%
01 Despesas com o Pessoal	2.948.545,81 €	17,13%	2.856.936,97 €	28,31%	3,21%
02 Aquisição de Bens e Serviços	3.760.944,29 €	21,85%	2.895.459,00 €	28,69%	29,89%
03 Juros e Outros Encargos	606.676,30 €	3,52%	600.698,60 €	5,95%	1,00%
04 Transferências Correntes	473.892,67 €	2,75%	360.269,45 €	3,57%	31,54%
05 Subsídios	- €	0,00%	- €	0,00%	0,00%
06 Outras Despesas Correntes	210.485,65 €	1,22%	124.212,97 €	1,23%	69,46%
Despesas de Capital	9.210.525,62 €	53,52%	3.253.048,93 €	32,24%	183,14%
07 Aquisição de Bens de Capital	6.903.922,22 €	40,11%	2.375.598,83 €	23,54%	190,62%
08 Transferências de Capital	252.287,74 €	1,47%	149.589,45 €	1,48%	68,65%
09 Activos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	0,00%
10 Passivos Financeiros	1.365.312,27 €	7,93%	671.553,15 €	6,66%	103,31%
11 Outras Despesas de Capital	689.003,39 €	4,00%	56.307,50 €	0,56%	1123,64%
Total da Despesa	17.211.070,34 €	100,00%	10.090.625,92 €	100,00%	70,56%

Em 2009 a despesa executada aumentou em 7 milhões de euros face ao ano anterior, 46,48% corresponderam a despesas correntes e 53,52% a despesas de capital, representando, relativamente a 2008, um aumento de cerca de 70,56%.

A análise da estrutura das **despesas correntes** permite realçar a importância das despesas com a aquisição de bens e serviços e das despesas com o pessoal, que em conjunto, representam cerca de 39% do total da despesa paga em 2009.

Em 2009, no que se refere à aquisição de bens e serviços, verificou-se um aumento face a 2008 de cerca de 30%, essencialmente devido ao acréscimo verificado nas

aquisições de peças para material de transporte, mercadorias para venda (água), material de educação, cultura e recreio e também de serviços relacionados com comunicações, transportes, seguros, encargos de cobrança de receitas, entre outros.

Também as despesas com pessoal apresentaram uma variação positiva relativamente ao ano de 2008, por força de um ligeiro aumento no agrupamento de remunerações certas e permanentes e abonos, representando mais 92 mil euros face ao ano anterior.

Embora com um peso menos significativo no total da despesa, também será de registar face a 2008, um acréscimo na despesa paga ao nível das rubricas de transferências e outras despesas correntes.

Ainda no que se refere às despesas correntes na rubrica de juros e outros encargos estão ainda incluídos juros relativos à contratação de empréstimos de curto prazo e médio e longo prazo, juros relacionados com contratos de leasing e juros de mora relativos a dívidas de anos anteriores, cuja relevação contabilística veio a ocorrer em 2009, na parte correspondente ao cabimento orçamental disponível para este efeito.

As despesas de capital registaram um aumento face a 2008 de cerca de 6 milhões de euros. O aumento significativo das despesas pagas, resultou essencialmente do efeito conjugado do acréscimo verificado na aquisição de bens de capital e do passivo financeiro.

As transferências de capital apesar de serem superiores às concedidas em 2008, representam um peso de apenas 1% no total da despesa paga em 2009.

O significativo acréscimo verificado em 2009 na rubrica de outras despesas de capital, foi motivado pela sentença de três acções judiciais contra o Município de Castelo de Paiva, as quais implicaram um aumento na despesa paga em cerca de 677 mil euros.

4.1.2.3 Evolução da Despesa com Transferências 2008-2009

Transferências Concedidas	2009	2008	Varição 2008-2009
Transferências Correntes	473.892,67 €	360.269,45 €	31,54%
Freguesias	10.892,13 €	- €	100,00%
Associações Locais e IPSS	399.605,75 €	285.997,28 €	39,72%
Outros	63.394,79 €	74.272,17 €	-14,65%
Transferências Capital	252.287,74 €	149.589,45 €	68,65%
Freguesias	80.372,38 €	46.876,00 €	71,46%
Associações/Entidades Intermunicipais	78.372,75 €	18.551,22 €	322,47%
Outros	93.542,61 €	84.162,23 €	11,15%
Total Transferências Concedidas	726.180,41 €	509.858,90 €	42,43%

As transferências tiveram, em 2009, relativamente ao ano anterior, um acréscimo de 42,43%, resultado entre outros, do aumento das transferências (correntes e de capital) para as juntas de freguesia, associações e entidades locais.

Em termos percentuais, as transferências para as juntas de freguesia e associações/ipss locais representam, em 2009, um peso de 68,35% sobre o total de transferências concedidas pelo Município de Castelo de Paiva, representando um acréscimo face a 2008 de cerca de 159 mil euros.

4.2 Principais Indicadores de Natureza Orçamental

Os indicadores apresentados reflectem uma visão global da receita e da despesa, bem como da sua evolução ao longo no quadriénio 2006-2009, permitindo estabelecer relações de grandeza entre ambas.

Indicadores da Estrutura da Receita	2006	2007	2008	2009
Receitas Próprias/Receita Total	25,86%	22,86%	27,92%	14,59%
Imposto Locais (1)/Receita Total	8,32%	9,06%	10,23%	4,93%
Venda de Bens de Investimento/Receita Total	0,00%	0,07%	1,15%	0,24%
Transferências/Receita Total	74,11%	77,05%	64,80%	37,28%
Passivos Financeiros/Receita Total	0,00%	0,00%	4,70%	47,76%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/Imóveis, Imposto Municipal s/Veículos, Imposto Municipal s/Transacções de Imóveis, Imposto Único de Circulação, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas	2006	2007	2008	2009
Receita Total/Despesa Total	97,70%	101,90%	105,47%	106,46%
Receita Corrente/Despesa Corrente	119,54%	113,85%	102,04%	86,91%
Receita de Capital/Despesa de Capital	72,50%	86,71%	104,22%	122,69%
Passivos Financeiros/Despesa Total	0,00%	0,00%	4,96%	50,84%
Receitas Próprias/Despesa Total	25,30%	23,29%	29,44%	15,53%
Impostos Locais (1)/Despesa Total	8,13%	9,23%	10,79%	5,25%

Pela análise do quadro relativo aos indicadores da estrutura da receita, podemos constatar que, entre 2006 e 2008, o peso relativo das receitas próprias aumentou de 25,86% para 27,92%, mas diminuiu em 2009 para 14,59%, o que denota uma deterioração na autonomia financeira da Autarquia. Do mesmo modo, assistiu-se a um decréscimo significativo do peso dos impostos locais na receita total, justificado essencialmente, pelo decréscimo dos impostos directos arrecadados.

Por outro lado, a análise do quadro referente ao grau de cobertura global das receitas e despesas, permite-nos constatar que, entre o período de 2006 e 2009, as receitas totais arrecadas pelo Município foram superiores à despesa total. No entanto, há que salientar, que no ano de 2009, as receitas correntes foram inferiores às despesas correntes, indicando uma situação de desequilíbrio orçamental, agravada pelo reforço do peso dos passivos financeiros na despesa total.

Também em 2009 se verificou um decréscimo acentuado do peso relativo das receitas próprias e dos impostos locais no total da despesa paga, o que mais uma vez reforça a deterioração da situação de autonomia financeira da Autarquia face a anos anteriores.

4.3 Equilíbrio Orçamental Efectivo

Designação	2009	2008	2007	2006
Receita Total (excluindo Outras Receitas)	18.253.228,96 €	10.367.601,44 €	10.063.020,64 €	26.667.711,83 €
Receitas Correntes	6.953.021,11 €	6.977.331,23 €	6.257.148,86 €	5.735.616,72 €
Receitas de Capital	11.300.207,85 €	3.390.270,21 €	3.805.871,78 €	3.016.191,27 €
Despesa Total	17.211.070,34 €	10.090.625,92 €	9.885.005,30 €	8.957.951,92 €
Despesa Corrente	8.000.544,72 €	6.837.576,99 €	5.495.859,05 €	4.797.882,10 €
Despesa de Capital	9.210.525,62 €	3.253.048,93 €	4.389.146,25 €	4.160.069,82 €
Saldo Orçamental Corrente	- 1.047.523,61 €	139.754,24 €	761.289,81 €	937.734,62 €
Saldo Orçamental de Capital	2.089.682,23 €	137.221,28 €	583.274,47 €	1.143.878,55 €
Saldo Orçamental Global Efectivo	1.042.158,62 €	276.975,52 €	178.015,34 €	17.709.759,91 €

A evolução da despesa ao longo do quadriénio 2006-2009, não foi acompanhada, na mesma proporção pela evolução da receita. Com efeito, a partir de 2006, verifica-se um decréscimo da receita total, e um aumento acentuado da despesa, que passa de 9 milhões em 2006 para 17 milhões em 2009.

Tal comportamento, teve implicações no saldo orçamental global efectivo, cuja evolução ao longo dos anos referidos, tem vindo a agravar-se em função do desvio verificado entre a receita e despesa, mais visível no ano de 2009, pelo défice orçamental de 1 milhão de euros verificado entre a receita e a despesa corrente.

5. Situação Económico-Financeira

A análise que se segue reflecte a situação económico-financeira do Município de Castelo de Paiva, mediante a análise da estrutura e evolução do Balanço e da Demonstração de Resultados.

5.1 Análise do Balanço

O Balanço apresentado adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2009, ou seja, o activo constituído pelos bens e direitos que representam a estrutura económica (aplicação dos fundos) e o passivo e fundos próprios que representam a estrutura financeira (origem dos fundos).

5.1.1 Estrutura e Evolução

Descrição	2009		2008		Variação 2008-2009	
	Valor	Peso%	Valor	Peso%	Valor	%
ACTIVO						
IMOBILIZADO	23.039.538,63 €	90,8%	21.154.404,20 €	94,7%	1.885.134,43 €	8,9%
Bens de Domínio Público	1.986.358,26 €	7,8%	2.163.890,65 €	9,7%	-177.532,39 €	-8,2%
Imobilizações Incorpóreas	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%	- €	0,0%
Imobilizações Corpóreas	10.688.693,87 €	42,1%	9.316.715,17 €	41,7%	1.371.978,70 €	14,7%
Imobilizações em Curso	10.051.732,69 €	39,6%	9.538.344,57 €	42,7%	513.388,12 €	5,4%
Investimentos Financeiros	312.753,81 €	1,2%	135.453,81 €	0,6%	177.300,00 €	130,9%
CIRCULANTE	2.325.525,60 €	9,2%	1.187.160,10 €	5,3%	1.138.365,50 €	95,9%
Existências	170.652,81 €	0,7%	153.897,24 €	0,7%	16.755,57 €	10,9%
Dívidas de Terceiros – Médio/Longo Prazo	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%
Dívidas de Terceiros – Curto Prazo	155.028,32 €	0,6%	205.824,59 €	0,9%	-50.796,27 €	-24,7%
Títulos Negociáveis	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%
Disponibilidades	1.840.689,07 €	7,3%	812.008,39 €	3,6%	1.028.680,68 €	126,7%
Acréscimos e Diferimentos	159.155,40 €	0,6%	15.429,88 €	0,1%	143.725,52 €	931,5%
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	25.365.064,23 €	100,0%	22.341.564,30 €	100,0%	3.023.499,93 €	13,5%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO						
FUNDOS PRÓPRIOS	395.480,55 €	100,0%	1.954.620,89 €	100,0%	-1.559.140,34 €	-79,8%
Património	13.550.444,33 €	3426,3%	11.732.130,28 €	600,2%	1.818.314,05 €	15,5%
Ajustamentos de partes de Capital em Empresas	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%
Reservas de Reavaliação	286.852,05 €	72,5%	245.644,04 €	12,6%	41.208,01 €	16,8%
Reservas Legais	604.223,01 €	152,8%	501.948,67 €	25,7%	102.274,34 €	20,4%
Reservas Livres	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%
Subsídios	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%
Doações	15.601,27 €	3,9%	0,00 €	0,0%	15.601,27 €	0,0%
Resultados Transitados	-13.491.521,95 €	-3411,4%	-12.570.588,94 €	-643,1%	-920.933,01 €	7,3%
Resultado Líquido do Exercício	-570.118,16 €	-144,2%	2.045.486,84 €	104,6%	-2.615.605,00 €	-127,9%
PASSIVO	24.969.583,68 €	100,0%	20.386.943,41 €	100,0%	4.582.640,27 €	22,5%
Provisões para Riscos e Encargos	814.382,75 €	3,3%	0,00 €	0,0%	814.382,75 €	100,0%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	11.696.158,80 €	46,8%	3.811.471,07 €	18,7%	7.884.687,73 €	206,9%
Dívidas a Terceiros – Curto Prazo	4.889.497,64 €	19,6%	9.974.510,71 €	48,9%	-5.085.013,07 €	-51,0%
Acréscimos e Diferimentos	7.569.544,49 €	30,3%	6.600.961,63 €	32,4%	968.582,86 €	14,7%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	25.365.064,23 €	100,0%	22.341.564,30 €	100,0%	3.023.499,93 €	13,5%

A análise do **activo**, evidencia um acréscimo do peso relativo do activo fixo e do activo circulante face a 2008, em cerca de 8,9% e 95,6%, respectivamente.

No caso do activo fixo, a variação positiva deveu-se essencialmente ao aumento verificado na rubrica de imobilizações corpóreas e na rubrica de investimentos financeiros. No activo circulante, verificou-se um acréscimo mais relevante nas disponibilidades e na rubrica de acréscimos de proveitos e um decréscimo nas dívidas de terceiros de curto prazo.

No que diz respeito ao **passivo**, verificou-se um aumento de 4,6 milhões de euros face aos valores apresentados em 2008. Para o aumento verificado no passivo contribuíram essencialmente, o acréscimo dos empréstimos de médio e longo prazo pelo financiamento contratualizado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), e o incremento na dívida a terceiros pela incorporação de dívidas de anos anteriores, que até ao momento não tinham sido reconhecidas contabilisticamente e, que foram assumidas na sequência da avaliação efectuada pela Inspecção Geral de Finanças à situação de endividamento do Município.

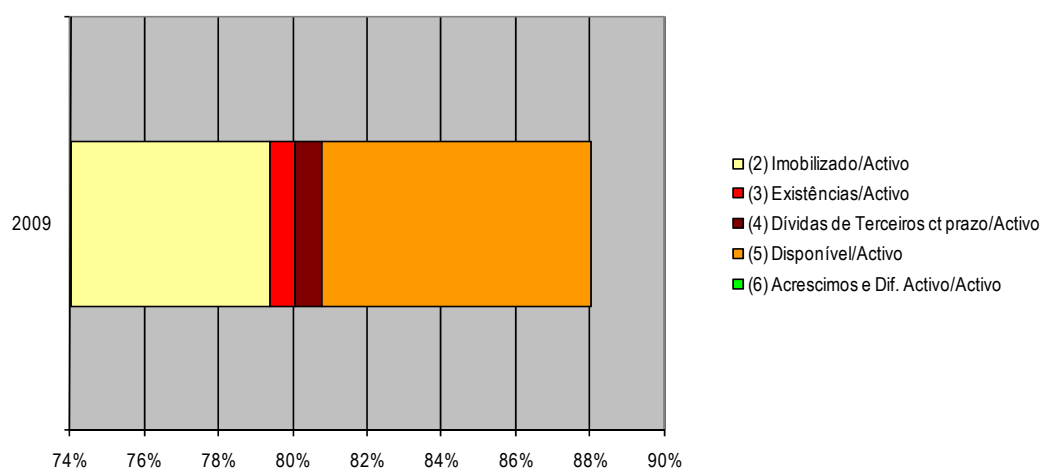
Dando cumprimento aos princípios estabelecidos no ponto 3.2 do POCAL, procedeu-se pela primeira vez, à constituição de provisões para riscos e encargos no montante global de 814 mil euros.

Os acréscimos de custos passaram, em 2009, a incorporar os custos do exercício, a liquidar em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício, destacando-se entre outros, os que têm origem nas remunerações a liquidar.

A estrutura dos **fundos próprios** representa no final do exercício de 2009, 395 mil euros, verificando-se comparativamente a 2008, um reforço dos resultados transitados de 7,3% e uma diminuição do resultado líquido em cerca de 2,6 milhões de euros.

5.1.2 Principais Indicadores da Estrutura do Balanço

INDICADORES (em %)	2009
(1) Fundos Próprios/Passivo	15%
(2) Imobilizado/Activo	79%
(3) Existências/Activo	1%
(4) Dívidas de Terceiros ct prazo/Activo	1%
(5) Disponível/Activo	7%
(6) Acrescimos e Dif. Activo/Activo	0%
Outros indicadores	2009
Fundos Próprios/Activo	0,02
Provisões para Riscos.../Activo	0,03
Dívidas a Terc. m-l prazo/Activo	0,46
Dívidas a Terc. curto prazo/Activo	0,19
Acrescimos e Dif. Passivo/Activo	0,30



5.2 Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2009.

5.2.1 Estrutura e Evolução

Descrição	2009		2008		Desvio Variação 2008-2009	
	Valor	Peso%	Valor	Peso%	Valor	%
CUSTOS E PERDAS						
CMVMC	325.692,53 €	3,3%	325.656,65 €	3,3%	35,88 €	0,01%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.536.524,96 €	26,0%	2.630.686,68 €	27,0%	- 94.161,72 €	-3,6%
Custos com o Pessoal	3.022.509,45 €	31,0%	2.812.363,69 €	28,9%	210.145,76 €	7,5%
Transf. e Subs. Correntes Concedidos e Prest. Sociais	843.653,59 €	8,7%	257.353,08 €	2,6%	586.300,51 €	227,8%
Amortizações do Exercício	666.945,77 €	6,8%	373.150,66 €	3,8%	293.795,11 €	78,7%
Provisões do Exercício	842.596,30 €	8,6%	0,00 €	0,0%	842.596,30 €	100,0%
Outros Custos Operacionais	134.638,28 €	1,4%	0,00 €	0,0%	134.638,28 €	100,0%
(A) Custos e Perdas Operacionais	8.372.560,88 €	85,9%	6.399.210,76 €	65,7%	1.973.350,12 €	30,8%
Custos e Perdas Financeiras	467.750,95 €	4,8%	646.906,24 €	6,6%	- 179.155,29 €	-27,7%
(C) Custos e Perdas Correntes	8.840.311,83 €	90,7%	7.046.117,00 €	72,3%	1.794.194,83 €	25,5%
Custos e Perdas Extraordinárias	901.457,56 €	9,3%	250.144,06 €	2,6%	651.313,50 €	260,4%
(E) TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS	9.741.769,39 €	100,0%	7.296.261,06 €	74,9%	2.445.508,33 €	33,5%
PROVEITOS E GANHOS						
Vendas e Prestações de Serviços	843.225,41 €	9,2%	1.295.285,57 €	14,1%	- 452.060,16 €	-34,9%
Impostos e Taxas	1.115.734,19 €	12,2%	1.366.593,83 €	14,9%	- 250.859,64 €	-18,4%
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%
Proveitos Suplementares	345.440,96 €	3,8%	0,00 €	0,0%	345.440,96 €	100,0%
Transferências e Subsídios Obtidos	6.644.705,37 €	72,4%	6.142.094,29 €	67,0%	502.611,08 €	8,2%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%	0,00 €	0,0%
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	8.949.105,93 €	97,6%	8.803.973,69 €	96,0%	145.132,24 €	1,6%
Proveitos e Ganhos Financeiros	11.920,67 €	0,1%	5.481,72 €	0,1%	6.438,95 €	117,5%
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	8.961.026,60 €	97,7%	8.809.455,41 €	96,1%	151.571,19 €	1,7%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	210.624,63 €	2,3%	532.292,49 €	5,8%	- 321.667,86 €	-60,4%
(F) TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS	9.171.651,23 €	100,0%	9.341.747,90 €	101,9%	- 170.096,67 €	-1,8%
Resultados Operacionais: (B)-(A)	576.545,05 €		2.404.762,93 €		- 1.828.217,88 €	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	455.830,28 €		641.424,52 €		- 185.594,24 €	
Resultados Correntes: (D)-(C)	120.714,77 €		1.763.338,41 €		- 1.642.623,64 €	
Resultados Extraordinários	690.832,93 €		282.148,43 €		- 972.981,36 €	
Resultado Líquido do Exercício: (F)-(E)	570.118,16 €		2.045.486,84 €		- 2.615.605,00 €	

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2009, apresentam no seu conjunto, uma variação de cerca de 2,4 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Com excepção dos fornecimentos e serviços externos, os custos com pessoal, as transferências e subsídios correntes concedidos, as amortizações, bem como os outros custos registaram variações positivas ao longo do exercício de 2009. O aumento dos custos com pessoal, pouco significativo face a 2008, resultou essencialmente do efeito da actualização salarial, afectando as rubricas de remunerações e respectivos encargos.

No que se refere às despesas com as transferências e subsídios correntes concedidos, o aumento verificado face a 2008, reporta-se essencialmente a correcções efectuadas de acordo com o relatório de auditoria financeira de 30.06.2009 (ponto 13.4, alíneas e, f e g), por forma a que as refeições escolares, as actividades de enriquecimento escolar e transporte escolar viessem relevadas adequadamente na conta respectiva e não na conta de fornecimentos e serviços externos, conforme efectuado inadequadamente no exercício anterior. Para além, do impacto na conta 63 de transferências e subsídios correntes concedidos, os ajustamentos efectuados tiveram igualmente reflexo na conta 62 de fornecimentos e serviços externos, razão pela qual se verificou uma diminuição residual na referida conta face a 2008.

As variações ocorridas nas contas de custos e perdas financeiras, reportam-se essencialmente ao decréscimo dos juros de empréstimos e contratos de factoring que, em 2009, foram inferiores aos encargos de igual natureza relevados em 2008, em virtude da regularização da dívida efectuada no âmbito do contrato de financiamento do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE).

Quanto à variação verificada nas contas de custos e perdas extraordinárias, o aumento verificado, tal como devidamente explicitado nos pontos 8.2.2 e 8.2.32 das notas ao balanço e à demonstração de resultados, deveu-se à relevação inadequada de valores relativos a acções judiciais de resolução desfavorável para o Município de Castelo de Paiva. Tal facto, sendo materialmente relevante, colocou em causa a comparabilidade desta rubrica com os valores verificados no exercício anterior.

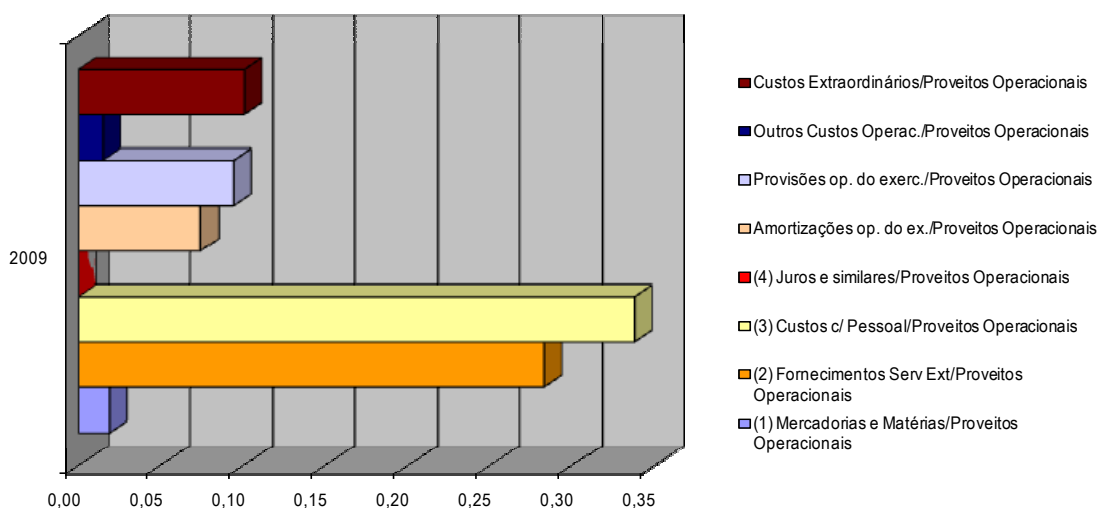
A diminuição dos **proveitos e ganhos** em cerca de 2% deve-se essencialmente à variação ocorrida ao nível dos proveitos operacionais. Para a diminuição destes proveitos contribuíram essencialmente a diminuição dos proveitos com vendas e prestação de serviços, justificada na sua maior parte, pela reclassificação contabilística de proveitos para a conta de proveitos suplementares. Para além do contributo referido, verificou-se igualmente uma diminuição na rubrica de impostos e taxas, para a qual contribui significativamente a descida verificada nos impostos directos, mais especificamente ao nível do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT).

Destaca-se ainda, uma queda nos proveitos extraordinários face ao ano anterior, em grande parte justificada pela diminuição das receitas com a venda de imobilizado.

Do balanceamento entre custos e proveitos resulta um resultado líquido do exercício negativo de 570 mil euros, contrastando com o resultado líquido positivo de cerca de 2 milhões, apresentado no ano transacto.

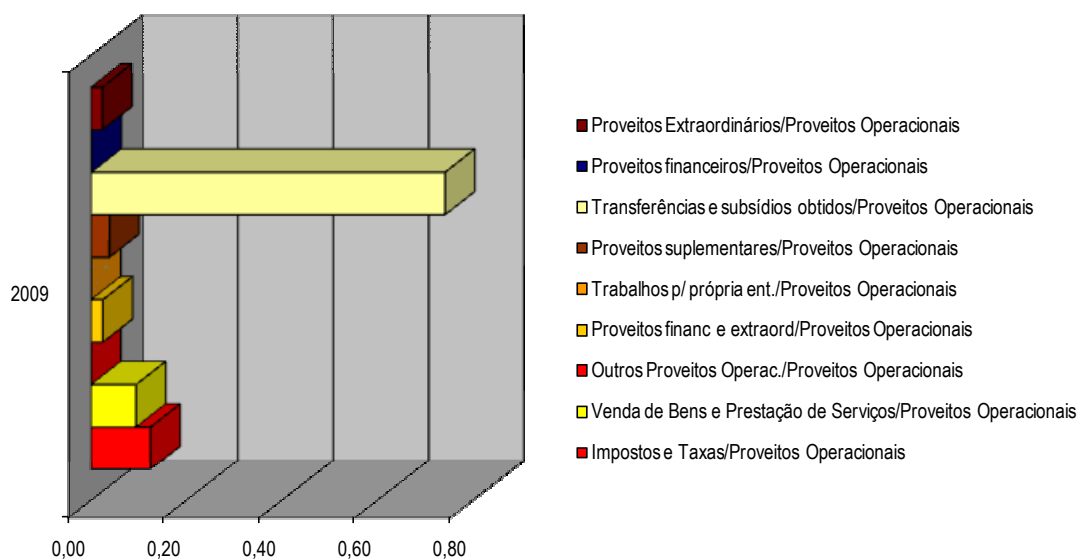
5.2.2 Principais Indicadores da Estrutura de Custos

INDICADORES	2009
(1) Mercadorias e Matérias/Proveitos Operacionais	0,02
(2) Fornecimentos Serv Ext/Proveitos Operacionais	0,28
(3) Custos c/ Pessoal/Proveitos Operacionais	0,34
(4) Juros e similares/Proveitos Operacionais	0,00
(1)+(2)+(3)+(4)/Proveitos Operacionais	0,64
Outros indicadores	2009
Amortizações op. do ex./Proveitos Operacionais	0,07
Provisões op. do exerc./Proveitos Operacionais	0,09
Outros Custos Operac./Proveitos Operacionais	0,02
Custos Extraordinários/Proveitos Operacionais	0,10



5.2.3 Principais Indicadores da Estrutura de Proveitos

INDICADORES	2009
Impostos e Taxas/Proveitos Operacionais	0,12
Venda de Bens e Prestação de Serviços/Proveitos Operacionais	0,09
Outros Proveitos Operac./Proveitos Operacionais	0,00
Proveitos financ e extraord/Proveitos Operacionais	0,02
Trabalhos p/ própria ent./Proveitos Operacionais	0,00
Proveitos suplementares/Proveitos Operacionais	0,04
Transferências e subsídios obtidos/Proveitos Operacionais	0,74
Proveitos financeiros/Proveitos Operacionais	0,00
Proveitos Extraordinários/Proveitos Operacionais	0,02
VAB/Proveitos Operacionais	0,00



6. Análise da Situação de Endividamento do Município

No contexto da presente análise da dívida, importa notar que a mesma atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço, de acordo com a estrutura de classificação em curto prazo e médio e longo prazo.

6.1 Dívida Global

Tipos de Dívida	Capital em Dívida 31.12.2009	Capital em Dívida 31.12.2008	Desvio	Variação %
Dívida Bancária				
Curto Prazo	- €	500.000,00 €	500.000,00 €	-100,00%
Médio e Longo Prazo	11.696.158,80 €	3.811.471,07 €	7.884.687,73 €	206,87%
Sub-Total	11.696.158,80 €	4.311.471,07 €	7.384.687,73 €	171,28%
Dívida Administrativa				
Fornecedores	3.921.822,05 €	9.265.866,19 €	5.344.044,14 €	-57,67%
Outras Entidades	967.675,59 €	708.644,52 €	259.031,07 €	36,55%
Sub-Total	4.889.497,64 €	9.974.510,71 €	5.085.013,07 €	-50,98%
Total	16.585.656,44 €	14.285.981,78 €	2.299.674,66 €	16,10%

A dívida bancária, incluindo curto, médio e longo prazo integra a dívida que releva para o limite de endividamento e, também, no caso da dívida de médio e longo prazo, o montante que não releva para este limite.

No final de 2009 esta dívida ascendia a 11,7 milhões de euros, registando um aumento de 7 milhões de euros face a 2008, essencialmente em virtude do financiamento contratualizado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), no montante global de 8,75 milhões de euros.

O PREDE foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, em conjugação com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, com o objectivo de promover a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) das Autarquias face aos compromissos assumidos perante terceiros.

No caso da dívida bancária de curto prazo verificou-se uma redução de 100%, face a 2008, atendendo a que no 2.º semestre de 2009, o Município procedeu à liquidação

do empréstimo de 500 mil euros que havia contratualizado para fazer face a dificuldades de tesouraria.

No que se refere à dívida de fornecedores, registou-se uma redução de cerca de 57,67%, passando de 9,27 milhões de euros para 3,92 milhões de euros, não obstante o aumento verificado pela incorporação de dívidas de anos anteriores, que até ao momento não tinham sido reconhecidas contabilisticamente e, que foram assumidas na sequência da avaliação efectuada pela Inspecção Geral de Finanças à situação de endividamento do Município, conforme já referido.

Em termos globais, no exercício de 2009, o Município evidencia uma dívida de 16,6 milhões de euros, superior ao ano anterior em 2,3 milhões de euros.

6.2 Endividamento Líquido

De acordo com o disposto no art.º 36.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, o montante de endividamento líquido municipal, deverá ser compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), ou seja, deverá ser equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Activo Bruto	2009	2008	Passivo	2009	2008
Investimentos Financeiros	312.753,81 €	135.453,81 €	Dívida a terceiros - Médio e Longo	11.696.158,80 €	3.811.471,07 €
Dívidas de terceiros - Curto Prazo	183.241,87 €	205.824,59 €	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	4.889.497,64 €	9.974.510,71 €
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1.840.689,07 €	812.008,39 €	Acréscimos de Custos	827.881,28 €	- €
Acréscimos e diferimentos	159.155,40 €	15.429,88 €			
Total	2.495.840,15 €	1.033.262,86 €	Total	17.413.537,72 €	13.785.981,78 €
Endividamento Líquido (passivo-activo)	14.917.697,57 €	12.662.385,45 €			

Em 2009, o endividamento líquido do Município aumentou em 2,3 milhões de euros, relativamente ao ano de 2008, fixando-se no montante de 14,9 milhões de euros. O acréscimo verificado prende-se, conforme já referido, com o aumento do passivo exigível ao nível da dívida a terceiros.

6.3 Capacidade de Endividamento

O limite de endividamento líquido municipal é fixado em “125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior”, conforme disposto no art.º 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Por sua vez, o limite geral dos empréstimos dos municípios é fixado no art.º 39.º da mesma lei, sendo esse limite correspondente a 10% e 100% da receita referida no parágrafo anterior, para os empréstimos de curto prazo e para os empréstimos de médio e longo prazo, respectivamente.

Designação	31.12.2008	31.12.2009	Varição 2008-2009
1. Endividamento bancário de curto prazo	500.000,00 €	- €	-100%
2. Endividamento bancário de médio e longo prazo	3.811.471,07 €	11.696.158,80 €	207%
3. Total do endividamento líquido do Município	12.662.385,45 €	14.917.697,57 €	18%
4. Capital em dívida de empréstimos de m/l prazo excepcionados dos limites	1.181.266,36 €	1.056.083,16 €	-11%
5. Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar (1+2-4)	3.130.204,71 €	10.640.075,64 €	240%
6. Endividamento líquido a considerar (3-4)	11.481.119,09 €	13.861.614,41 €	21%
Limites ao Endividamento Líquido a Considerar			
7. Receitas a considerar para efeitos do cálculo dos limites de endividamento	6.195.723,20 €	6.602.194,13 €	7%
8. Endividamento de curto prazo (7×10%)	619.572,32 €	660.219,41 €	7%
9. Endividamento de médio e longo prazo (7×100%)	6.195.723,20 €	6.602.194,13 €	7%
10. Endividamento líquido (7×125%)	7.744.654,00 €	8.252.742,66 €	7%
Situação do Município Face aos Limites			
11. Endividamento de curto prazo (1-8) Margem	119.572,32 €	660.219,41 €	-652%
12. Endividamento de médio e longo prazo (5-9) Excesso	3.065.518,49 €	4.037.881,51 €	32%
13. Endividamento líquido (6-10) Excesso	3.736.465,09 €	5.608.871,75 €	50%

Em 2009, o endividamento líquido aumentou em cerca de 18%, relativamente a 2008. De acordo com os limites de endividamento líquido evidenciados, o Município, dada a situação de agravamento da dívida, ultrapassa em cerca de 5,6 milhões o limite do endividamento considerado, não dispondo de qualquer margem para recurso à contratação de novos empréstimos, conforme se pode verificar pelo índice de capacidade de endividamento utilizada, superior em 59,26% face à margem de endividamento permitida pelo art.º 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Descrição	2009
Receitas Municipais 2008 (1+2+3)	6.602.194,13 €
1. Impostos Municipais	1.088.412,13 €
IMI+CA	365.627,13 €
IMT+SISA	564.420,58 €
IUC	158.364,42 €
2. Participação no FEF e IRS (Mapa XIX do Orçamento de Estado para 2009)	5.513.782,00 €
3. Derrama	- €
Limite de Endividamento Empréstimos de Médio e Longo Prazo (100%) (1)	6.602.194,13 €
Dívida de Médio e Longo Prazo no final do ano (2)	11.696.158,80 €
Empréstimos excepcionados ao limite de endividamento (3)	1.181.266,36 €
Empréstimos que contam para o limite de endividamento (4)=(2)-(3)	10.514.892,44 €
Índice da Capacidade de Endividamento Utilizada (5)=(4)/(1)	159,26%
Limite Endividamento Líquido Municipal (125%)	8.252.742,66 €

Para além do referido, o Município no sentido de cumprir com o limite de endividamento líquido de acordo com o estipulado no n.º 2, do art.º 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, deveria ter reduzido em pelo menos 10% o montante em que excedeu o seu limite de endividamento líquido de 2008. Tal situação também não se verificou, uma vez que o endividamento líquido do Município em 2009 foi claramente superior ao registado em 2008.

Ora, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 5.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, “A violação do limite de endividamento líquido previsto no n.º1, do art.º 37.º origina uma redução no mesmo montante das transferências orçamentais devidas no ano subsequente pelo subsector Estado, o qual é afecto ao Fundo de Regularização Municipal, nos termos do artigo 42.º da presente lei”.

Tal situação, enquadrando-se no incumprimento do regime e dos limites de endividamento previstos na nova Lei das Finanças Locais, poderá implicar que, em 2010, o Município possa estar sujeito a uma dedução das transferências orçamentais com vista à reposição do correspondente excesso de endividamento.

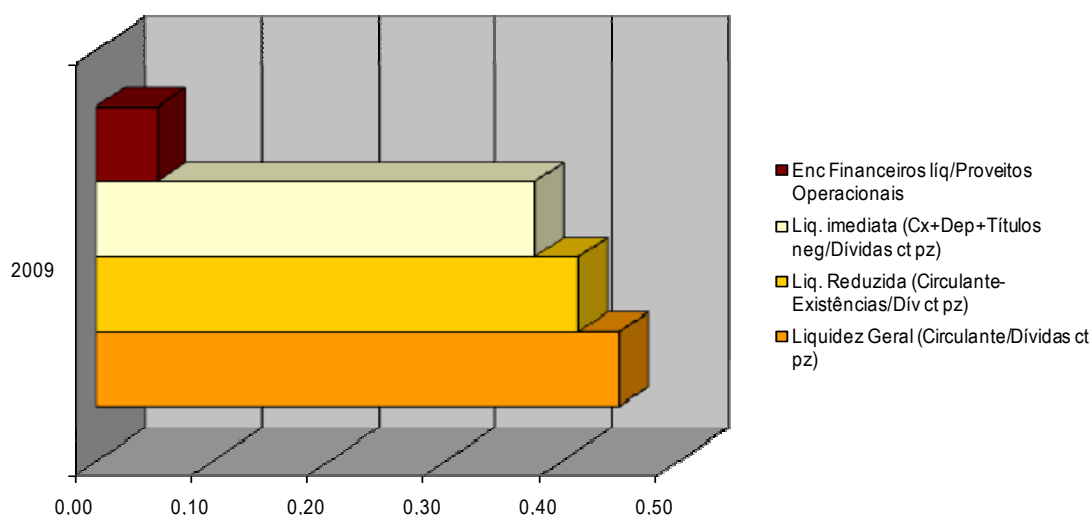
O que mais uma vez poderá contribuir para o agravamento da situação financeira e orçamental do Município, atendendo a que as transferências constituem uma das componentes de maior peso na receita do Município.

6.4 Indicadores de Liquidez e Endividamento

6.4.1 Indicadores de Liquidez

INDICADORES	2009
Liquidez Geral (Circulante/Dívidas ct pz)	0,45
Liq. Reduzida (Circulante-Existências/Dív ct pz)	0,41
Liq. imediata (Cx+Dep+Títulos neg/Dívidas ct pz)	0,38
Enc Financeiros líq/Proveitos Operacionais	0,05

Analisando mais pormenorizadamente alguns dos indicadores evidenciados, será de salientar o fraco índice de liquidez do Município em virtude do aumento do passivo exigível.



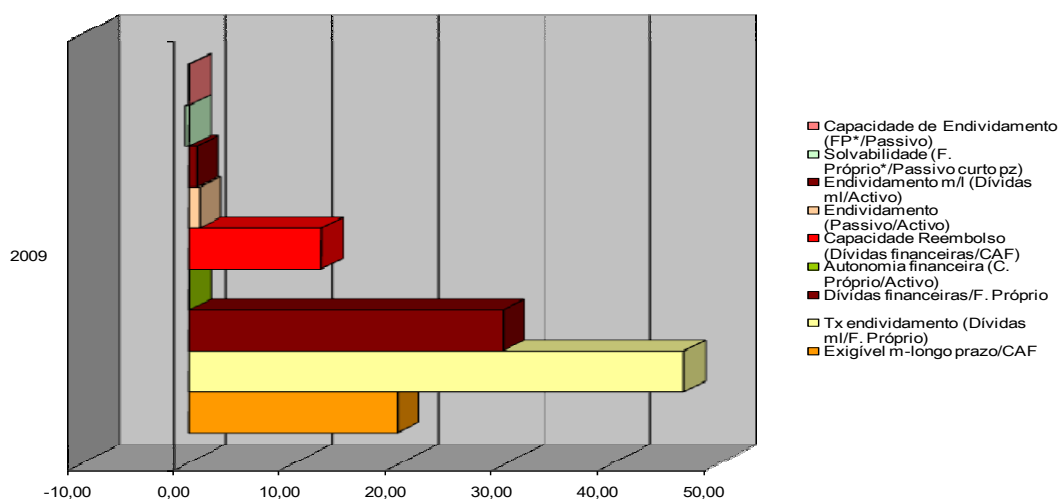
6.4.2 Indicadores de Endividamento

INDICADORES	2009
Exigível m-longo prazo/CAF	19,63
Tx endividamento (Dívidas ml/F. Próprio)	46,62
Dívidas financeiras/F. Próprio	29,57
Autonomia financeira (C. Próprio/Activo)	0,02
Outros indicadores	2009
Capacidade Reembolso (Dívidas financeiras/CAF)	12,45
Endividamento (Passivo/Activo)	0,98
Endividamento m/l (Dívidas ml/Activo)	0,73
Solvabilidade (F. Próprio*/Passivo curto pz)	-0,33
Capacidade de Endividamento (FP*/Passivo)	-0,064

* Não inclui bens de domínio público

Também ao nível dos indicadores de endividamento se verifica que a capacidade do Município financiar o seu activo através de capitais próprios é praticamente nula.

Do mesmo modo, a análise do índice da capacidade de endividamento e do índice de solvência reforça a dificuldade do Município em cumprir os seus compromissos com terceiros.



7. Proposta de Aplicação de Resultados

A aplicação do resultado líquido do exercício é condicionada pelo disposto no ponto 2.7.3 do POCAL. Dando cumprimento ao disposto no POCAL, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício no montante de -570.118,16 euros, sejam aplicados em Resultados Transitados.

8. Outras Informações Consideradas Relevantes

- I. Em 14 de Julho de 2009 foi iniciada uma auditoria ao Município pela Inspeção Geral de Finanças (IGF), com os seguintes objectivos:
 - i. Avaliação da qualidade da informação constante da prestação de contas do exercício de 2008;
 - ii. Análise do Comportamento do Município em termos de execução orçamental no último triénio e apreciação da sua situação financeira em termos de curto prazo, incluindo a avaliação da evolução do endividamento municipal no mesmo período, designadamente em termos de empréstimos, leasing e outras dívidas a terceiros;
 - iii. Conhecimento do sistema de controlo interno instituído em relação aos vários aspectos relacionados com o endividamento e a sua avaliação em termos de adequação e eficácia;
 - iv. Controlo do cumprimento do regime e dos limites de endividamento previstos na nova Lei das Finanças Locais, quer na vertente dos empréstimos, quer de endividamento líquido.

A referida inspecção foi concluída no princípio de Janeiro de 2010, sendo que até ao momento da elaboração do presente relatório, o Município ainda não dispunha do relatório final com as conclusões da mesma.

Não obstante, no decorrer da inspecção, o Município foi informado pela IGF, de acordo com a circularização efectuada junto de entidades suas fornecedoras, dos montantes em dívida anteriores a 2008 não relevados na sua contabilidade, tendo os serviços procedido no final do ano de 2009 à revelação contabilística das referidas dívidas no âmbito da contabilidade patrimonial e dentro da possibilidade de cabimentação orçamental existente à data.

A incorporação da dívida auditada na contabilidade do Município aumentou a despesa e reforçou a situação de endividamento do Município no final de 2009.

- II. Em 2009, o Município procedeu pela primeira vez à aplicação do princípio da especialização do exercício previsto na alínea d) do ponto 3.2 do POCAL.

- III. Num esforço de maior rigor e transparência na prestação de contas de 2009, e dando cumprimento ao disposto no POCAL, o Município apresenta, também pela primeira vez, na parte referente a documentos anexos ao presente relatório, todos os anexos às demonstrações financeiras, incluindo as notas ao balanço e à demonstração de resultados.